

Identificador	Objetivo Estratégico	Descrição (resumida)	Principais Iniciativas	Principais Resultados
1	Fortalecer a articulação e o monitoramento de projetos estratégicos e políticas públicas do governo	O objetivo busca fortalecer a eficácia da articulação e monitoramento de projetos estratégicos e políticas públicas do governo	<ul style="list-style-type: none"> - Em revisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Em revisão
2 SEPPi	Promover projetos de parceria buscando o desenvolvimento da infraestrutura nacional e a ampliação das oportunidades de investimento privados	<ul style="list-style-type: none"> - Pretende executar ações buscando fomentar os projetos de parceria, mediante: <ul style="list-style-type: none"> - proposição de melhorias legislativas e regulatórias, observado as boas práticas internacionais; - aperfeiçoamento da financeira e da alocação de recursos para as parcerias público privadas; - divulgação de oportunidades de investimentos e prospecção de novos investidores nacionais e internacionais; - apoio e capacitação de entes subnacionais para celebração de parcerias - ampliar a capacidade técnica e institucional na estruturação de projetos de parceria 	<ul style="list-style-type: none"> - Propor a ampliação de alternativas de financiamento e garantias para projetos de infraestrutura; - Propor aprimoramentos nos marcos regulatórios e de mecanismos para concessões e PPPs; - Analisar impactos de medidas legislativas relacionadas ao tema de concessões e PPPs; - Realizar diálogos para buscar insumos e avaliar eventuais problemas a médio e longo prazo; - Participar de eventos nacionais e internacionais apresentando as oportunidades, os projetos e colhendo sugestões; - Produzir informações dos projetos; - Realizar parcerias para capacitação de servidores da União, Estados e Municípios; - Elaborar guias práticos para a estruturação e acompanhamento de projetos de PPPs; - Acompanhar cada projeto qualificado no PPI; - Monitorar os projetos qualificados após a assinatura do contrato; - Buscar desenvolver e fortalecer novas estruturas de preparação de projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação de projetos: criação do FDIRS (R\$ 1 bil), com ampliação significativa de projetos de concessões e PPPs em análise. - Aprimoramento legal: acompanhamento de medidas institucionais e projetos de lei ligados à área. - Apoio a estados e municípios: realização de eventos "Diálogos com Estados e Municípios" para articulação com entes subnacionais. - Capacitação e parcerias: fortalecimento do uso de concessões e PPPs como instrumentos de investimento em infraestrutura. - Monitoramento e resultados: realização de 85 Leilões (2024-2025), com expectativa de R\$ 228,4 bilhões em investimentos, superando a meta prevista.
3 GSI	Fortalecer a capacidade de responder rapidamente às crises de relevância nacional	O objetivo almeja aprimorar a capacidade do Governo em responder de maneira ágil, coordenada e eficaz a crises de amplitude nacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNISIC) - Proteção do Programa Nuclear 	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas Críticas - Atualização normativa: elaboração de propostas de revisão da ENSIC e do PLANISIC. - Governança: avanços no CNSIC, com aprovação de medidas normativas e criação de grupo técnico para proposta de lei sobre segurança de Infraestruturas Críticas. - Coordenação institucional: publicação de resoluções e ampliação da governança sobre grupos técnicos envolvendo dezenas de órgãos e entidades. - Grandes eventos: articulação interministerial e de agências reguladoras para reforçar a segurança de Infraestruturas essenciais no BRICS e na COP30. - Segurança cibernética: participação no Exercício Guardião Cibernético 7.0. - Programa Nuclear - Segurança e emergência: realização de exercícios voltados à proteção e resposta a emergências nucleares. - Governança e coordenação: realização de reuniões e deliberações no âmbito do SIPRON e do CDPNB. - Planejamento estratégico: avanços em comunicação social, política de rejeitos radioativos, pequenos reatores modulares e formulação da estratégia nuclear. - Articulação institucional: realização de webinar sobre os 45 anos do programa e participação no Guardião Cibernético 7.0.
4 SECOM	Consolidar estratégia de comunicação social fundada na defesa da democracia e promoção da diversidade	Busca o alinhamento das estratégias de comunicação das políticas públicas do Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de tempo padrão de 6 horas para respostas de demandas relacionadas a desinformação 	<ul style="list-style-type: none"> - Difusão das respostas: ampliação do alcance das respostas a desinformação junto à comunicação do Governo Federal e a públicos externos. - Qualificação do debate público: fortalecimento de respostas mais consistentes e com maior repercussão na imprensa e em atores institucionais.
5 SECOM	Fortalecer ações de enfrentamento à desinformação em todos os meios de comunicação	O objetivo procura criar condições de comunicação estratégica para o enfrentamento à desinformação contra políticas públicas; viabilizar ações para mitigar os impactos de condutas ilegais; e promover a educação midiática da população	<ul style="list-style-type: none"> - Detectar os pontos de compartilhamento de informações sobre desinformação, em parceria com outros Ministérios (AGU, CGU, MJSP); - Identificar notícias sabidamente falsas (Fato ou Fake); - Disponibilizar instrumentos que facilitem as checagens das informações; - Promover a transparência ativa. - Qualificar a sociedade sobre educação midiática em parceria com outros Ministérios; - Incidir no debate sobre regulação das plataformas digitais - Otimizar a Plataforma "Brasil contra Fake"; - Expandir a Rede Nacional de Comunicação Pública de TV e rádio; - Participar do Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o Programa de Imunizações e as Políticas de Saúde Pública; - Enfrentar a desinformação na publicidade digital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentamento à desinformação: atuação integrada da SECOM com imprensa e Ministérios para resposta a conteúdos falsos. - Produção de conteúdo: elaboração de 99 publicações na plataforma Brasil Participativo (1,4 milhão de usuários) e coordenação do G2o Social com ampla participação nacional e global. - Monitoramento digital: produção de 172 relatórios diários sobre debates nas redes sociais.
6 SRI	Ampliar a articulação, o relacionamento e o diálogo participativo com os atores políticos, sociais e federativos	O objetivo considera três objetivos relacionados à atuação da SRI: <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar coalizão política para aprovação das pautas do Governo Federal; - Apoiar a formulação de estratégias em conjunto com representantes da sociedade civil, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas; - Consolidar o Pacto Federativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconstrução e aperfeiçoamento das relações com os Entes Federativos; - Articular a base de apoio do governo no Congresso Nacional para garantir a pauta prioritária do Governo Federal. - Instaurar instâncias de diálogo com a Sociedade; - Contribuir com a formulação de estratégias convergentes entre Governo e Sociedade e influenciar na agenda de desenvolvimento do País. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação institucional: superação da meta de articulação, relacionamento e diálogo com atores políticos, sociais e federativos. - Coalizão política: fortalecimento da coordenação com o Congresso, considerando votações alinhadas à orientação do governo. - Participação social: avanço no diálogo e no aperfeiçoamento de políticas públicas por meio de instâncias participativas. - Pacto federativo: ampliação da articulação com estados e municípios, incluindo caravanas, reuniões e fóruns de coordenação.
7 SG	Reconstruir e ampliar o diálogo e a participação social nas políticas públicas para o exercício da cidadania ativa	Visa fortalecer a democracia e o exercício da cidadania ativa ao reconstruir e expandir o diálogo e a participação social nas políticas públicas do governo federal, por meio da recriação e reformulação dos mecanismos, instâncias e processos participativos.	<ul style="list-style-type: none"> - Mesas de Diálogos; - Parcerias com a sociedade civil; - Promover a inclusão socioeconômica das e dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis; - Programa de participação social com educação popular nos territórios; - Fortalecimento de colegiados e conferências nacionais; - Plataforma Brasil Participativo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação territorial: realização de visitas de campo em municípios da Bahia e Pernambuco. - Mecanismos e parcerias: revisão do decreto do HROSC, criação do Portal de Parcerias, realização de seminário internacional e assinatura de termos com a sociedade civil. - Inclusão social: aporte de R\$ 503,8 milhões para apoiar a catadores. - Educação e participação: realização de seminários com educadores populares e criação de fóruns estaduais, além da institucionalização do Fórum Intercoselhos. - Participação digital e internacional: expansão da plataforma Brasil Participativo (1,4 milhão de usuários) e coordenação do G2o Social com ampla participação nacional e global.
8 SG	Fortalecer as políticas públicas para a juventude, ampliar sua participação e implementar equipamentos de referência da juventude em todo o país	O objetivo almeja garantir o sucesso de políticas públicas voltadas a jovens brasileiros de 15 a 29 anos conforme o Estatuto da Juventude.	<ul style="list-style-type: none"> - Formular e implantar a Política Nacional de Juventude - Implantar o Programa Estado de Juventude - Ampliar o cadastramento e o uso do ID Jovem 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento participativo: realização de debates regionais para construção do Plano Nacional de Juventude. - Políticas públicas estruturadas: aprovação do PNIJ 2025-2035, com diretrizes para educação, trabalho, saúde e cultura. - Infraestrutura para juventude: manutenção de 22 Estações da Juventude ativas e incentivo a 33 projetos do programa. - Inclusão e acesso: ampliação do alcance do ID Jovem, com mais de 1,5 milhão de ativos.
9 GSI	Consolidar os mecanismos de gestão e acompanhamento da segurança nacional	Busca desenvolver a capacidade proposição e acompanhamento de assuntos relacionados à segurança nacional permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes e o monitoramento contínuo de questões críticas para a preservação dos interesses nacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Efetivação da Política Nacional de Inteligência (PNI); - Adoção de serviços digitais unificados no Sistema Brasileiro de Inteligência; - Aprimoramento das capacidades do Conselho de Defesa Nacional; - Efetivação da Política Nacional de Fronteiras; - Consolidação da Política Nacional de Segurança da Informação e a Política; - Nacional de Segurança Cibernética. 	<ul style="list-style-type: none"> - ABIN: produção de inteligência, projetos estratégicos (BRICS, COP30, clima, terras indígenas) e início do app seguro msg gov. - Conselho de Defesa Nacional: gestão de atos, demandas legais, produtos cartográficos e apoio a políticas ambientais. - PNFRon: consolidação da política de fronteiras, avanço da ENFRON, Operação Agata e capacitação interagências. - Política: consolidação da atuação da ALADA, revisão regulatória, cooperação internacional e fortalecimento institucional. - Segurança Cibernética: nova estratégia e política nacional, aumento do tratamento de incidentes, expansão da rede federal e acordos de cooperação. - Infraestrutura de TI da PR: modernização de segurança, conectividade, comunicação criptografada, WI-FI, rede de dados, armazenamento, banco de dados e monitoramento da infraestrutura. - Transformação digital: ampliação da entrega de soluções digitais para órgãos vinculados ao CGU/PR. - Segurança da informação: campanhas de conscientização e implantação de sistema para melhorar a coleta de evidências de incidentes cibernéticos. - Serviços logísticos e gestão de ativos: modernização dos serviços de apoio e aprimoramento do sistema informatizado de gestão de ativos. - Sustentabilidade: conclusão da usina fotovoltaica do Palácio da Alvorada.
10 SA	Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da PR, de forma sustentável	Este objetivo estratégico visa fortalecer gestão da PR	<ul style="list-style-type: none"> - Modernizar a Infraestrutura de TIC - Ampliar a entrega de serviços de transformação digital - Aumentar a cultura de segurança da informação em TIC - Modernizar os serviços logísticos para atender a agenda de governo - Atender às mudanças da legislação - Aperfeiçoar a Gestão de ativos da PR com a garantia da confiabilidade - Modernizar a Infraestrutura da PR 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração do Sisbin: ampliação da articulação da ABIN com parceiros, novos membros e avanço da adesão de estados e órgãos federados. - Planejamento e cooperação: início da elaboração de planos de trabalho para fortalecer a cooperação em inteligência. - Articulação institucional: realização de seminários, palestras e reuniões temáticas em todo o país. - Capacitação: formação contínua de agentes públicos pela Esint, com 924 alunos capacitados em 2025. - Gestão da informação: avanço na estruturação, integração e automação de dados estratégicos para apoio à tomada de decisão.
11	Ampliar a capacidade de prover informações para a tomada de decisão	Busca garantir informações confiáveis e oportunas aos tomadores de decisão mediante a adequada obtenção, processamento, armazenamento, organização e disponibilização de dados e informações.	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a capacidade de coordenação das informações entre os membros do SISBIN; - Capacitar os membros do SISBIN em assuntos relacionados à Atividade de Inteligência; - Aprimorar as capacidades do SISBIN; - Aprimorar a difusão dos documentos de inteligência aos tomadores de decisão; - Implantar e consumir APIs (Interface de Programação de Aplicação) abertas e automatizadas; - Estabelecer rotinas automáticas de atualização; - Implementar validação e controle de qualidade; - Promover integração entre sistemas; - Elaborar documentação e dicionários de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração do Sisbin: ampliação da articulação da ABIN com parceiros, novos membros e avanço da adesão de estados e órgãos federados. - Planejamento e cooperação: início da elaboração de planos de trabalho para fortalecer a cooperação em inteligência. - Articulação institucional: realização de seminários, palestras e reuniões temáticas em todo o país. - Capacitação: formação contínua de agentes públicos pela Esint, com 924 alunos capacitados em 2025. - Gestão da informação: avanço na estruturação, integração e automação de dados estratégicos para apoio à tomada de decisão.
12 CC/SSGP	Aperfeiçoar a governança e a transparência na Presidência da República	O objetivo engloba ações relacionadas às práticas liderança, estratégia e controle.	<ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação do Comitê Interno de Governança da PR e VPR (Cgov); e da Comissão de Ética dos Servidores da PR e VPR (Cepir); - Elaboração do PEI-PR e do Prog. de Integridade-PR; - Disseminação de Práticas de Gestão de Riscos; - Unificação da Carta de Serviços, Plano de Dados Abertos e Política de Proteção de Dados Pessoais; - Modernização de sistemas; - Uniformizar informações em transparência ativa para órgãos PR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Integridade e governança: conclusão do Programa e do Plano de Integridade da PR e VPR. - Estruturas institucionais: reativação do Comitê Interno de Governança e da Comissão de Ética. - Planejamento e transparência: acompanhamento do Mapa Estratégico do PEI-PR e melhoria nos índices de transparência ativa. - Dados abertos e proteção de dados: avanço na publicação de instrumentos de transparência, dados abertos e adequação à LGPD. - Modernização de sistemas: conclusão da ação de modernização com substituição do SADOWEB.
13 GSI	Fortalecer a segurança e a capacidade de comunicação nos deslocamentos do Presidente e Vice-Presidente da República e seus familiares	Visa permitir que às maiores autoridades políticas nacionais tenham condição de exercer as suas atribuições constitucionais de maneira livre e segura.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento do transporte aéreo presidencial; - Aprimoramento da Segurança Presidencial; - Efetivação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança e apoio presidencial: planejamento e execução das viagens presidenciais, com briefings e instruções de voo. - Capacitação e procedimentos: treinamento contínuo de pessoal e atualização permanente de normas e procedimentos operacionais. - Infraestrutura de segurança: conclusão do novo sistema de videomonitoramento e modernização das guardas. - Apoio operacional: ativação do Pavilhão Multiuso, ampliação do alojamento da Guarda Verde e plena operação do sistema antiterror. - Prevenção e emergência: realização de campanhas locais, voluntariado para combate a incêndio e simulação de abandono. - Bases de conhecimento: atualização de 47,8% das bases vinculadas aos processos do SEI/PR. - Acompanhamento e articulação: atuação junto às unidades responsáveis por tipos de processo ainda sem base publicada ou liberada. - Gestão centralizada: centralização da criação e publicação das bases de conhecimento na equipe de gestão do SEI.
14 SA	Maximizar a gestão do conhecimento e da informação	Busca otimizar a forma como a organização adquire, utiliza, compartilha e preserva seu conhecimento e dados, aprimorando assim a eficiência operacional e promovendo a inovação.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar melhorias nas Bases de Conhecimento do SEI/PR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bases de conhecimento: atualização de 47,8% das bases vinculadas aos processos do SEI/PR. - Acompanhamento e articulação: atuação junto às unidades responsáveis por tipos de processo ainda sem base publicada ou liberada. - Gestão centralizada: centralização da criação e publicação das bases de conhecimento na equipe de gestão do SEI.